

PROGRAMA DE GOVERNO

PROFESSOR
Elson
PREFEITO

VICE **LINO PERES**



COLIGAÇÃO FRENTE DEMOCRÁTICA
por floripa

PSOL, PDT, PT, PCdoB, Rede, PSB, UP, UCB, PCLCP
Candidatos Elson Pereira/Lino Peres

Introdução

Os Partidos Políticos e organizações que compõem o campo democrático e popular em Florianópolis (PSOL, PDT, PT, PCdoB, Rede, PSB, UP, UCB, PCLCP) assumiram a responsabilidade histórica de construir uma alternativa real de governo que se apresenta na defesa dos interesses da maioria da população para as eleições municipais de 2020. Diante dos desafios impostos pela atual crise econômica e sanitária, somados às dívidas sociais históricas de habitação, saneamento, planejamento urbano, assistência social e ambiental, reafirmamos os princípios políticos que nos unem e que constituem a base do programa de governo para o Município: construir uma **Florianópolis Verdadeiramente Democrática, Socialmente Justa, Estruturalmente Solidária, Ambientalmente Responsável e com Desenvolvimento Econômico e Social Pleno.**

Nos últimos 24 anos, vêm se alternando no governo municipal de Florianópolis gestões de diferentes frações da elite econômica local, que, no essencial, tiveram um único projeto político que foi responsável pelo aprofundamento da precarização dos serviços públicos, da degradação ambiental e pela total desconsideração dos interesses públicos sobre a ocupação do território. Essas gestões, ao longo dos anos, esvaziaram os Conselhos Municipais, que deveriam formular as políticas públicas de saúde, educação, transporte, cultura, planejamento urbano, habitação, assistência social, juventude, entre outras, possibilitando que pequenos grupos se apoderassem da máquina pública, levando em regra as privatizações e a degradação dos serviços fundamentais à vida da população.

Como consequência desse processo de desmonte das políticas públicas, assistimos, no atual momento de pandemia, ao abandono das classes trabalhadoras, que amargam uma crescente taxa de desemprego e precarização do seu trabalho, tendo como única alternativa de sustento o Auxílio Emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional. Isso traz à luz de forma transparente que o atual modelo de desenvolvimento da economia em Florianópolis exclui a maioria absoluta da população da partilha dos ganhos da dita “qualidade de vida”, propagandeada por sucessivos governos de plantão.

Os compromissos dos últimos prefeitos com aqueles que financiaram suas campanhas eleitorais geraram uma forma de ocupação do território urbano de Florianópolis que cada vez mais valoriza a especulação imobiliária, desconsiderando o interesse coletivo de direito social à cidade, sobretudo à habitação. Desta forma, as camadas populares foram e continuam sendo expulsas como se não merecessem viver nesta Cidade, da qual tão poucos desfrutam como “Ilha da Magia”.

As condições ambientais vão se deteriorando, e os investimentos em saneamento buscam maquiar e supervalorizar as áreas já nobres da Cidade, ao invés de serem centrados na melhoria das condições de saneamento que garantam saúde e abastecimento para todos, com investimentos em áreas desprovidas de infraestrutura. O descompromisso com a questão ambiental é de tal monta que alcançamos o grave risco de desabastecimento de água potável no Sul da Ilha para além dos momentos de temporada, quando todos os bairros populares ficam em alerta pela exaustão do sistema.

Alguns poucos interesses privados tornaram a prefeitura de Florianópolis refém de parcerias que levaram a processos de terceirizações desastrosos, como contratos com Organizações Sociais em desacordo com a legislação, além de serem fonte de alocação de apadrinhados políticos.

Para os que compõem nosso campo político, transparência e ética na gestão são princípios que devem estar garantidos em todos os atos da administração pública. No entanto, para além da publicidade, formas do mais amplo controle social devem ser garantidas para que o interesse público prevaleça.

A responsabilidade da Prefeitura deve ser de cuidar da Cidade e da sua gente. Não há como se aceitar um governo que não priorize o atendimento universal da população nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio de programas que busquem inverter a lógica de exclusão e os dramas cotidianos que vive parte significativa do nosso povo – como desemprego, racismo, misoginia, homofobia e tantas formas odiosas de manifestação de preconceitos que merecem nosso combate diuturno. O respeito a todas as manifestações religiosas também deve envolver políticas de um governo municipal, sempre mantendo seu caráter laico.

Só há uma forma de mudar a lógica instituída nos últimos governos da Prefeitura de Florianópolis: garantir a Democracia, com participação e controle social nas principais decisões do Município, e assim derrotar o projeto de cidade do empresariado que não se importa com nossa gente. Somente com espaços de decisão real, em que as mulheres, os jovens, os negros, a comunidade LGBTQ+ e toda a população de forma geral possam ser ouvidos, é possível garantir mudanças nos rumos do poder local.

Para tanto, a Prefeitura deve abrir discussões por meio de fóruns, como Congresso da Cidade, discutindo todos os elementos do Planejamento Estratégico do Governo e do Orçamento Público, desde as receitas que devem financiar o Município, até o conjunto de suas despesas e prioridades. O debate e a construção de políticas públicas também devem ter seus espaços próprios de discussão, e, para isso, é importante o fortalecimento e a ampliação dos Conselhos Municipais, com a construção de instâncias representativas em espaços coletivos, oxigenando novas formas de participação que deem voz e vez a todos os setores.

Outro aspecto relevante e que os governos só discutem em momentos impositivos é a definição de políticas articuladas entre os municípios da região metropolitana. Há questões que somente políticas públicas em comum podem responder ao desenvolvimento local e regional sustentáveis, e Florianópolis não tem assumido seu papel nesse processo.

Embora nosso Programa seja para os quatro anos da gestão 2021-2024, o momento de pandemia que vivemos exige que tenhamos um Plano Emergencial que dê conta da gestão pública, neste período, a partir de 1º de janeiro. A atual crise sanitária deixou claro que o discurso neoliberal tenta esconder: somente um serviço público bem estruturado, com profissionais habilitados e valorizados é capaz de atender aos interesses e às necessidades prementes da população.

O centro desse Plano está no fortalecimento das estruturas públicas municipais de atenção à população, em um tripé nas áreas da saúde, educação e assistência social; e intervindo sobre as condições econômicas de emprego e renda mais restritivas que se apresentam e sobre as quais o governo não pode se omitir e nem negligenciar.

Conceber uma **Florianópolis verdadeiramente democrática, socialmente justa, estruturalmente solidária, ambientalmente responsável e com desenvolvimento econômico e social pleno** é a base para construção de nosso programa de governo, orientado na inversão de prioridades, como apresentado na sequência.

1. Uma Florianópolis Verdadeiramente Democrática

Para uma gestão democrática e participativa, todas as pessoas que vivem na cidade precisam ter direito a ela. Na construção desse direito, devem estar garantidos os princípios da sustentabilidade, equidade e justiça social e, principalmente, que todos os habitantes da cidade possam tomar parte do processo de decisão sobre os temas que afetam suas vidas. Uma cidade com governança participativa e eficiente busca aprimorar o governo municipal por meio da melhoria constante da gestão pública dos setores sociais básicos; da otimização da gestão administrativa, fiscal e financeira; do fortalecimento da participação social; e da transparência na execução das políticas públicas do Município.

Participação popular e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida.

- O exercício da participação e do controle social favorece a constituição de uma cultura democrática baseada em direitos e, por isso, esses instrumentos são considerados fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, na qual possam ser associados direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs à ação qualificada dos setores do poder público no Legislativo, no Executivo e no Judiciário.
- A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, isto é, o monitoramento pela sociedade dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública. Para isso, é necessário ampliar o acesso, a transparência e publicização de informações públicas.
- O Planejamento de Governo, a elaboração e a execução do Orçamento de forma participativa deve ser o carro-chefe da participação cidadã. Na atual conjuntura de crise fiscal, esse instrumento é ainda mais importante, pois permite ao governo explicitar os limites do orçamento público para a população, de maneira que esta identifique as prioridades da cidade, bem como perceba oportunidades de ações relevantes de baixo custo.

2. Uma Florianópolis Socialmente Justa

Construção articulada e integrada das políticas sociais

Para eficácia das políticas e bom uso do dinheiro público, é recomendável que as orientações e o processo de gestão das políticas favoreçam a articulação e a coordenação intersetorial e matricial das ações. Trata-se de incentivar a coordenação de políticas e programas que envolvam mais de uma secretaria ou área sob coordenação do governo, superando a tradicional fragmentação em função da estrutura vertical de cada área. A implantação das políticas públicas deve considerar as necessidades e a desigualdade territorial no município. Isso implica distribuição adequada de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, favorecendo exatamente os lugares com maior desigualdade social e econômica, e provendo soluções para as necessidades e demandas de seus moradores e moradoras.

É fundamental a instituição do planejamento integrado das políticas públicas e acompanhamento de sua execução. Para tanto, é importante também investir na informação, na formação e na comunicação, visando ampliar o conhecimento da sociedade sobre as políticas públicas e seus impactos.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade que compõem e caracterizam a sociedade brasileira abarcam as diferenças de gênero, raça, geracionais, orientação sexual e capacidades. O reconhecimento dessas diferenças e dos violentos processos de discriminação – que dão suporte e aprofundam as desigualdades – demandam políticas sociais reparadoras e ações afirmativas com amparo na Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal.

Para implantação de uma real política cultural e de direitos humanos, com assistência social e humanização dos espaços públicos como espaços de vida, o programa de governo se propõe a:

- Valorizar o patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico do município e desenvolver campanhas nas escolas municipais, disseminando conhecimento histórico a partir desses elementos;
- Valorizar o espaço público, ampliando a promoção de atividades culturais, de lazer e turísticas;
- Garantir o repasse integral para o Fundo Municipal de Cultura, conforme já prevê a legislação, fortalecendo e estruturando os órgãos municipais de cultura;
- Observar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Cultura;
- Valorizar a cultura popular e artistas locais por meio de editais específicos, garantindo a permanência de programas de apoio à cultura em Florianópolis;

- Fortalecer o uso dos espaços culturais, como o Teatro da Ubro, por meio de ações articuladas entre o município e espaços culturais estaduais e federais sediados em Florianópolis, ampliando o acesso da população à cultura, tornando a cidade uma referência cultural no país;
- Desenvolver uma Política Pública Municipal de Assistência Social valorizando os profissionais da prefeitura e entidades da Sociedade Civil com atuação no setor, de forma a dar suporte às populações com vulnerabilidade social;
- Desenvolver propostas de ressocialização e tratamento para usuários de drogas;
- Criar campanhas educativas no município com objetivo de coibir práticas discriminatórias relacionadas a identidade de gênero, sexualidade, etnia, procedência nacional, religião, idade, sexo, deficiência, condição social ou econômica, ou quaisquer outras formas de discriminação;
- Criar Centros de Referência e Cidadania para LGBT+ e Mulheres, com programas que deem abrigo temporário, suporte jurídico, psicológico e assistencial para pessoas vítimas de violência ou em situação de risco, por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas);
- Criar editais que promovam projetos e apoio à produção de pesquisa, atividades culturais e recreativas voltadas à temática dos direitos humanos, redução da intolerância étnico-racial, redução da desigualdade e violência de gênero;
- Criar e implantar sistema integrado entre assistência social e saúde para atendimento a vítimas de violência de gênero, racial, sexual, ou decorrentes de ódio e intolerância;
- Garantir respeito à identidade de gênero e ao uso do nome social em todos os cadastros e serviços do serviço público municipal;
- Revisar o Plano Diretor de Florianópolis por meio de um processo com efetiva participação popular, garantindo uma cidade estruturalmente solidária e ambientalmente responsável.

3. Uma Florianópolis Estruturalmente Solidária

Para garantir um desenvolvimento articulado com todas as potencialidades da cidade, a administração municipal precisa atuar de forma decisiva em setores estratégicos, os quais se mostram essenciais na estruturação de uma sociedade participativa, proativa e solidária. O protagonismo da administração municipal para impulsionar setores estratégicos, como educação, saúde, segurança pública e proteção da vida, habitação popular, proteção ambiental, formas de uso e ocupação do solo e mobilidade urbana mostra-se essencial. Nessa direção, o Programa de Governo propõe:

Na Educação:

- Instituir o Congresso Municipal da Educação como espaço deliberativo para se estabelecer a Política Educacional para a Rede Municipal de Ensino;
- Implementar a educação integral de maneira gradual nas escolas do Ensino Fundamental;
- Consolidar os Conselhos de Escolas em todas as unidades da rede;
- Fortalecer a Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando-a com as políticas de trabalho e renda e certificação de conhecimentos profissionais, com foco nas regiões de maior vulnerabilidade e risco social;
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, com efetiva implementação do Plano Municipal de Educação e compromisso com a participação da comunidade escolar na sua atualização;
- Garantir Financiamento Público em Educação com vista à observância das metas do PNE 2014 -2024 para educação infantil, ensino fundamental, EJA, formação docente e plano de carreira;
- Promover iniciativas nas escolas municipais a fim de educar para a convivência com as diferenças, prevenindo os crimes de ódio, a violência de gênero, racial, contra pessoas em situação de rua e demais grupos em situação de vulnerabilidade;
- Desenvolver desde a infância a perspectiva de uma política de respeito à cidade;
- Garantir eleições democráticas e nomear, segundo essas consultas, os diretores das escolas municipais, visando à participação da comunidade escolar e à construção de uma educação verdadeiramente democrática e orientada pelas vontades da comunidade;

- Defender a vida dos profissionais da educação e da comunidade escolar em tempos de pandemia, garantindo proteção econômica e da retomada letiva apenas quando houver condições verdadeiramente seguras e democráticas.

Na Saúde:

- Compromisso com o fortalecimento do SUS e com o cuidado das pessoas e das comunidades;
- Fortalecer e ampliar as equipes do Programa Saúde da Família (PSF), com a chamada imediata dos profissionais concursados;
- Garantir o acesso aos serviços de atenção primária com 12 horas por dia de atendimento nos Centros de Saúde, preservando os direitos e as condições laborais adequadas aos trabalhadores da saúde;
- Fortalecer os conselhos locais de saúde;
- Promover maior integração entre as Redes de Urgência e Emergência e os Centros de Saúde;
- Ampliar a participação do Laboratório de Saúde Pública do Município de Florianópolis (LAMUF) na execução dos serviços laboratoriais;
- Buscar alternativas emergenciais para a redução das filas de espera das especialidades que apresentam maiores demandas;
- Fortalecer a rede municipal enquanto espaço formador de estudantes e residentes em saúde da família e comunidade, bem como ampliar o vínculo entre a Universidade e as demandas do povo;
- Promover a proteção aos vulneráveis e a equidade em saúde para enfrentar as desigualdades sociais;
- Promover a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) como contribuição do SUS para o enfrentamento do agravamento do flagelo da fome;
- Apoiar a Saúde das Mulheres e redobrar os cuidados materno-infantis, buscando reduzir riscos de morte materna puerperal, bem como ampliar a proteção dos direitos e dos cuidados sexuais e reprodutivos às mulheres, fortalecendo as ações de cuidado desenvolvidas pela Rede Cegonha;
- Garantir a saúde bucal e o Programa Brasil Sorridente, efetiva política pública de saúde bucal, atualmente fragilizada.

Na segurança pública e proteção da vida:

- Integrar as Políticas de Segurança Municipais aos Conselhos de Segurança (CONSEGs), buscando uma segurança baseada nas relações de vizinhança;
- Promover maior integração entre a Prefeitura e a Polícia Militar, objetivando mediar e evitar situações de violência institucional;
- Retomar o papel original da Guarda Municipal para preservação do patrimônio do Município e fiscalização do trânsito;
- Fiscalizar a ação policial. Impedir, coibir e retificar abusos e violências contra a população;
- Valorizar e defender a carreira e a vida dos trabalhadores da segurança pública;
- Reordenar a iluminação pública, evitando logradouros escuros e que exponham as mulheres a riscos de violência;
- Implantar a Patrulha Municipal Maria da Penha, com a utilização de viaturas da Guarda Municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica.

Na área de habitação popular, formas de uso e ocupação do solo e mobilidade urbana:

- Combater o déficit habitacional pela Implementação de uma Política Habitacional baseada em cinco pilares: financiamento e assistência técnica para melhoria das condições das habitações existentes; provisão habitacional; regularização fundiária; implantação de infraestrutura em áreas de Interesse Social consolidadas e assistência técnica gratuita;
- Garantir o impedimento aos despejos durante a pandemia;
- Realizar gestão dos espaços públicos, do seu planejamento a sua manutenção e reforma, a partir da apropriação e participação comunitária;
- Estudar e viabilizar junto à comunidade a implantação dos espaços públicos demandados nos processos participativos de debate sobre a cidade;
- Fortalecer a política de moradia popular, priorizando a garantia de habitação de interesse social nas áreas urbanas;
- Integrar o planejamento dos espaços públicos da cidade com outros setores da administração, como o Turismo, a Educação, o Esporte, a Saúde e a Segurança Pública;

- Reconhecer e mapear na cidade seus potenciais urbanos e rurais, reconhecendo as áreas de desenvolvimento urbanístico e de proteção da produção orgânica rural para abastecimento interno;
- Priorizar o transporte coletivo público e municipalizado com qualidade, conforto, confiabilidade, acessibilidade e financiado pelo conjunto da sociedade, na busca da implantação da Tarifa Zero;
- Investir na oferta de infraestrutura para ampliar e aprimorar o transporte marítimo com adequação de terminais de passageiros e de estacionamento das embarcações, oferecendo condições seguras e confortáveis de embarque em diferentes condições climáticas;
- Criar o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana para financiar as iniciativas de melhoria da mobilidade;
- Estimular a mobilidade ativa, oferecendo infraestrutura adequada, como bicicletários, calçadas, ciclovias e ciclorrotas, além de políticas que incentivem organizações de maior porte a disponibilizar espaços e equipamentos, como bicicletários e vestiários, estimulando a locomoção não motorizada;
- Ampliação e conexão de ciclovias, melhorando a segurança de pedestres nas principais áreas da cidade (calçadas acessíveis, sem obstáculos e sinalizadas), estruturas de apoio aos ciclistas e pedestres, incluindo nessas políticas as necessidades de pessoas com deficiência;
- Organizar o sistema viário de forma integrada ao planejamento territorial, priorizando o transporte coletivo;
- Criar o Conselho Municipal de Mobilidade em substituição ao Conselho Municipal de Transporte;
- Buscar a interlocução com os outros municípios da Grande Florianópolis, discutindo de forma integrada a solução dos problemas de mobilidade na região metropolitana;
- Garantir a caminhabilidade em todo o território municipal com a construção e manutenção de calçadas com acessibilidade universal;
- Buscar a intermodalidade (ciclovária, aquaviária, rodoviária), priorizando os modais não poluentes e coletivos;

- Restabelecer a capacidade planejadora da prefeitura, por meio de condições institucionais promotoras de participação popular na definição das Políticas Públicas Urbanas e da valorização do órgão de Planejamento Municipal e de seu corpo técnico.

Na Gestão Financeira e Tributária:

- Promover a Justiça Tributária no município por meio da transparência das contas públicas e definindo em espaços participativos o financiamento do orçamento público;
- Fortalecer a escala municipal administrativa e buscar organizar, junto aos municípios da Macrorregião de Florianópolis, ações de aproximação nas políticas tributárias, com fórum para discutir critérios e melhor alocação dos repasses de recursos federais e estaduais;
- Combater todas as formas de sonegação e fortalecer ações de inteligência da fiscalização municipal sobre os que descumprem a legislação fiscal, ambiental e de posturas públicas;
- Realizar inventário sobre os bens públicos municipais, dando destino de uso comum às áreas públicas municipais;
- Realizar ações permanentes de modernização da legislação tributária e estruturas públicas para que, além de transparência e efetividade, a política tributária seja garantia de desenvolvimento da economia local e base para justiça social.

4. Uma Florianópolis Ambientalmente Responsável

A transição ecológica nas cidades deve ter como meta contribuir para a adaptação às mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, como chuvas intensas, que ocasionam enchentes e deslizamentos; e secas prolongadas, que afetam o abastecimento de água, comprometendo diversas atividades. A transição precisa contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a conversão da frota de ônibus e outros veículos do poder público municipal para sistemas de propulsão menos poluentes, assim como a multiplicação de espaços verdes e planejada arborização no espaço urbano.

Para alcançar as metas de sustentabilidade ambiental, gestão de resíduos e direito ambiental, o programa de governo propõe:

- Revisar e estimular o debate do Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro (PMGC);
- Executar as ações previstas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tornando a cidade cada vez mais alinhada ao objetivo de ser uma cidade Lixo Zero;
- Avançar no fortalecimento técnico do órgão ambiental do município;
- Fortalecer o papel orientador e fiscalizador do órgão ambiental;
- Integrar ações e programas referentes aos espaços públicos de modo a ampliar a infraestrutura verde e o sistema de drenagem urbana;
- Implantar sistema municipal de triagem e gestão de resíduos de potencial mercadológico em parceria com a sociedade organizada, potencial gerador de emprego e renda nas comunidades mais frágeis e vulneráveis do município;
- Estabelecer parcerias com os demais órgãos responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação, aprimorando a gestão participativa das Unidades localizadas no município;
- Assumir o compromisso de avançar nos processos de criação de novas Unidades de Conservação da Natureza;
- Implementação efetiva das ações estratégicas definidas no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
- Desenvolver o Programa ISS Verde, com tributações diferenciadas para os empreendimentos e negócios ecologicamente equilibrados, sustentáveis e que possuam como atividade fim a melhoria da qualidade ambiental do município;

- Reforçar a capacidade de planejamento e gerenciamento da PMF de forma a melhor fiscalizar a empresa concessionária de Saneamento (Casan), com especial atenção ao cronograma das metas do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município;
- Planejar e buscar a universalização dos serviços de abastecimento de água; esgotamento sanitário; gestão da drenagem urbana; coleta, triagem e tratamento dos resíduos sólidos;
- Articular-se com os municípios da Região Metropolitana com vistas à implementação das políticas públicas metropolitanas de saneamento ambiental;
- Priorizar soluções descentralizadas de esgotamento sanitário de forma a evitar concentração em grandes equipamentos;
- Reforçar o papel do Conselho Municipal de Saneamento Básico como elemento central na definição das políticas de saneamento ambiental;
- Reestruturar e fortalecer a Comcap, conforme previsto no Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município, reforçando seu caráter público;
- Avançar num plano estratégico de segurança hídrica para o município.

5. Uma Florianópolis com Desenvolvimento Econômico e Social Pleno

Para garantir os princípios e as diretrizes de uma política de desenvolvimento ambientalmente responsável, é necessário desenvolver iniciativas que se caracterizam pela economia de baixo carbono, minimizando os impactos ambientais e agregando valor à produção. Sob os efeitos da crise sanitária da COVID-19 e da crise econômica e fiscal, será fundamental que os municípios da região metropolitana potencializem as vocações econômicas no plano local, articulando as cidades, as universidades e os centros de pesquisa para fortalecer iniciativas no campo da produção agroecológica e agroflorestal, da maricultura e pesca, da indústria, da inovação tecnológica, do turismo e dos serviços que geram emprego e renda.

É preciso realizar políticas que fortaleçam a criação de micro e pequenas empresas, de associações e cooperativas com apoio técnico e formação profissional, ações estas necessárias para o sucesso de tais iniciativas, propiciando na cidade uma economia dinamizada, com inclusão produtiva de seus moradores. Nessa direção, o programa de governo propõe:

- Colocar a administração pública municipal como parceira das iniciativas de desenvolvimento e aceleração de iniciativas de bases científicas e tecnológicas como indutores da melhoria das condições socioeconômicas da cidade;

- Desenvolver ações que fortaleçam e dinamizam atividades consolidadas e de grande potencial, a exemplo do turismo, da confecção e da construção civil;
- Apoiar atividades econômicas de alto valor agregado, a exemplo da economia criativa, economia do mar, novas indústrias e serviços avançados, e tecnologia da informação e comunicação;
- Contribuir para a criação de fontes de financiamento de novas empresas com foco na inovação e desenvolvimento sustentável;

Na área de turismo, eventos e integração com o mar:

- Desenvolver de forma democrática o planejamento da atividade turística de Florianópolis, com observância da sua capacidade de suporte natural e do patrimônio paisagístico, artístico e cultural;
- Democratizar o turismo planejando e incentivando a implantação de equipamentos turísticos adaptados às diferentes faixas de renda, como *campings*, hotéis e pousadas de diferentes categorias;
- No setor de Maricultura, aprimorar a prestação de serviços públicos municipais de apoio à atividade. Desenvolver programas de controle sanitário da produção e gestão ambiental da cadeia produtiva. Promover e apoiar a organização dos produtores.
- Dar visibilidade e publicidade às diversas atividades culturais desenvolvidas nas comunidades, ampliando as formas e atividades turísticas, viabilizando o turismo alternativo;
- Investir na segurança e acessibilidade às praias e aos pontos turísticos da cidade, com equipamentos como estacionamentos, rampas, banheiros, chuveiros, esteiras móveis, atendendo às necessidades da população PcD.

Na área de Tecnologia e Inovação:

O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é de grande relevância para Florianópolis e, além de gerar empregos diretos, é um dos setores que dinamizam a economia local. Assim, entendemos que o município deva ter um olhar diferenciado para esse setor em Florianópolis.

- Promover a modernização da gestão pública do governo municipal utilizando-se das TIC's;
- Dar prioridade nas aquisições de TIC's para empresas locais;

- Inserção do setor de TIC na Estrutura Governamental por meio das ações;
- Garantir a representação do setor de TIC's nos Conselhos Municipais afins;
- Buscar linhas de financiamento com as empresas do setor nos moldes do Programa Juro Zero e apoiar a constituição de programas de financiamento para informatização de outros setores da economia, usuários de produtos e serviços da TIC municipal;
- Aprimorar e ampliar os distritos de inovação e parques tecnológicos, integrando-os aos desafios de revitalização e ampliação dos espaços públicos e da economia solidária.

➤ **Inclusão Digital:**

- Criação e implantação de uma política municipal de inclusão digital;
- Incentivos para a iniciativa privada aplicar recursos nos projetos de inclusão digital;
- Viabilizar a utilização de recursos dos fundos setoriais (FUST, FUNTEL, FAT, etc.);
- Destinar recursos do orçamento para projetos de inclusão digital;
- Incentivar parcerias para capitalização de projetos de inclusão digital;
- Viabilizar a utilização dos laboratórios de informática das redes pública e privada de ensino e de outras instituições para projetos de inclusão digital.

Na área de segurança alimentar e agroecologia:

- Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);
- Constituir o Plano Municipal de Segurança Alimentar, a partir dos critérios já estabelecidos no Sisan;
- Fortalecer e implantar no município restaurantes populares, articulado à produção dos pequenos produtores agroecológicos no município e macrorregião.
- Criar o Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) no âmbito do serviço público municipal, com incentivo à alimentação e à produção agroecológica;

- Implementar a Merenda Saudável com a utilização prioritária da produção orgânica local e com a participação dos municípios da microrregião, incentivando e fomentando a rede de agroecologia já existente;
- Desenvolver, com a participação da sociedade civil, Políticas Públicas de conscientização de uma alimentação saudável;
- Fortalecer a agricultura familiar e sua integração na rede metropolitana;
- Remodelar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Política Municipal de Saneamento Ambiental, com participação popular avançando em direção a uma cidade lixo zero, buscando a otimização dos resíduos como matéria-prima para reuso interno, seja pela compostagem, seja por sistemas de triagem e comercialização por meio de unidades cooperadas descentralizadas, ambas potenciais geradoras de emprego e renda;
- Desenvolver programas de recuperação de áreas degradadas em sintonia com as diretrizes do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

No Setor Público e Gestão de Pessoas:

- Valorizar o Serviço Público, revendo as parcerias público-privadas das Organizações Sociais de caráter empresarial;
- Combater a privatização de serviços e a ampliação das terceirizações;
- Realizar auditoria no fundo previdenciário dos servidores municipais;
- Criar política continuada de formação, qualificação e remuneração adequada do servidor público, valorizando a carreira pública formulada em conjunto com a representação dos trabalhadores;
- Implementar o Planejamento Estratégico de Governo, em que deverão ser definidos os indicadores que balizarão e estabelecerão as metas de qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- Dar continuidade na implantação do Plano de Cargos e Salários do Quadro Civil da administração municipal.

Linhas Gerais de um Plano Emergencial para enfrentamento à situação de pandemia

Organizar um plano de enfrentamento à pandemia no município que permita o enfrentamento em seu estágio atual, mantendo recursos e atividades de prevenção e vigilância, assegurando, tão logo disponível, a vacinação da população e atuando na redução dos danos provocadas pela COVID-19;

- Procurar viabilizar proteção econômica para o trabalhador de Florianópolis enquanto não houver retorno seguro aos postos de trabalho;
- Ampliar o rastreamento e a testagem na população do município;
- Estabelecer um plano de retorno às aulas, em condições seguras, com adequação da infraestrutura e do cronograma escolar, prevendo testagem dos profissionais da educação;
- Monitorar e apoiar o isolamento temporário das pessoas contaminadas;
- Fortalecer políticas públicas com alcance e apoio aos mais vulneráveis à pandemia.

PROFESSOR
Elson
PREFEITO
VICE LINO PERES